

## 5

### Uma história da desmedida entrega a João Goulart – meu objeto de reportagem

Diante do portão de entrada do cemitério de São Borja, numa rua de terra e malcuidada, quase não acredito que estou aqui. O trajeto foi longo. Não existe aeroporto em São Borja nem vôo direto para Uruguaiana, cidade mais próxima, onde dá para chegar de avião. Tive de ir do Rio para Porto Alegre, de Porto Alegre para Uruguaiana, com uma escala em Santo Tomé, por conta do mau tempo.

Em Uruguaiana, consegui um carro – se posso chamar de carro o veículo que me transportou. Por R\$ 100,00, o motorista fez o trajeto de quase duas horas até São Borja. Foi camarada. Disse que normalmente cobra R\$ 300,00. Se ele não estava em condições de cobrar, muito menos eu poderia pagar tanto.

Levei comigo a indicação de um hotel modesto, na avenida Presidente Vargas, quase ao lado da casa onde Jango nasceu. Quando me deram a dica, achei irrelevante a informação. Qual a diferença de ficar perto ou longe da casa onde Jango nasceu? Na dúvida, preferi ficar o mais próximo possível do meu assunto.

Mas, ao entrar na cidade, não foi diretamente para o hotel que me dirigi. Pedi ao motorista que me deixasse no cemitério. Ele não estranhou. Pelo contrário, até perguntou se eu precisava de ajuda com a mala.

Eu sim. Estranhei a naturalidade com que ele atendeu a meu pedido. Depois, vim a saber que o cemitério de São Borja é, senão o único, um dos mais importantes pontos turísticos da cidade, que não tem quase nenhum. Lá, estão os túmulos de Getúlio Vargas e Jango, um ao lado do outro, ambos descuidados. Foi com espanto que verifiquei um detalhe que pouca gente sabe. No meio dos dois túmulos, está o de Gregório Fortunato, o Anjo Negro, chefe da Guarda Pessoal de Vargas e que teria sido o mandante do atentado contra Lacerda, em agosto de 1954, episódio que provocaria o suicídio do presidente da República.

“E se o corpo de Jango não estiver aqui?” – foi o pensamento que me ocorreu, logo que me aproximei do jazigo de sua família. Nos muitos artigos que li sobre a morte de Jango, há referência à possibilidade de o corpo do ex-presidente não estar mais lá. Teria sido retirado para evitar a exumação, que poderia provar seu envenenamento. Achava a suspeita impossível, fantasiosa demais. Mas agora, diante do túmulo, não resisto à curiosidade. Empurro a tampa de cimento para experimentar se sozinho conseguiria removê-la.

Uma voz, de sotaque carregado, me tira do delírio:  
- Precisas de ajuda?

É o coveiro. Trabalha há anos ali, perdera a noção do tempo, uns dez, talvez. Lembrava-se do enterro do “doutor” Jango, mas, naquele tempo, era menino. Seu pai fora amigo do pai dele. Realmente, contavam muitas histórias sobre o doutor, casos de aparição, de barulhos no túmulo, até de vozes. Mas nunca ouvira a história sobre o corpo ter sido retirado dali.

- Tu tens que procurar o “seu” Percy. Se alguém sabe de alguma coisa, é ele. Até hoje ele me paga para limpar o túmulo.

(*O beijo da morte*)

O relato desse episódio no cemitério de São Borja é do Repórter criado por mim e por Carlos Heitor Cony para protagonizar *O beijo da morte*, o livro que escrevemos a quatro mãos como ensaio de uma nova interpretação para as mortes de Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda – que morreram, durante o Regime Militar, num espaço de nove meses, em 22 de agosto de 1976, 6 de dezembro de 1976 e 21 de maio de 1977, respectivamente. Há suspeita de que eles foram vítimas da Operação Condor, fato não comprovado oficialmente, mesmo com a abertura dos arquivos da Ditadura, que, cada vez mais, leva à confirmação da hipótese. Essa foi a grande dúvida que se tornou razão da vida e da morte de nosso Repórter. Uma dúvida que era do Cony e que se tornou minha, desde o dia em que encontrei em seus arquivos o artigo “Nunca se sabe” e meu “instinto” de repórter foi irremediavelmente excitado. No texto, publicado na revista *Fatos & Fotos*, de 02/09/1982, ele estranhava a coincidência das mortes dos líderes políticos que haviam tentado a Frente Ampla em 1967. Neste momento, escolhi herdar a dúvida de Cony e lhe propus escrever um livro sobre o assunto. Ele relutou. Alegou que esse projeto exigiria um extenso trabalho de reportagem e, no jornalismo, esse é um setor que sempre evitou, nos seus 50 anos de atividade. Não achei que isso fosse impedimento, afinal, tratava-se de um ofício ao qual eu estava acostumada, poderia, perfeitamente, me dedicar a colher as informações e fazer as entrevistas necessárias. Por outro lado, o projeto também exigiria a mão do romancista experiente que ele é. Cony é mestre numa área em que eu apenas começava a engatinhar. Meu argumento o convenceu. Assim, se eu já havia escolhido herdar sua dúvida, ele, agora, me escolhia como herdeira.

Como a escrita é um palco, e o palco é lugar onde um se faz o outro, eu e o Cony nos fizemos outro, às vezes, jornalistas, outras vezes, romancistas, na

construção de nosso Repórter, um personagem compósito (uma inspiração vinda do Agrimensor, de Kafka, e do Autodidata, de Sartre). A essa altura, o Repórter deixara de ser somente nós dois, era um que se fazia outro, que se fazia um, que se fazia mais outro, que se fazia muitos outros, e, por isso mesmo, era inominável.

Esse processo me exigiu um freqüente deslizamento entre o discurso objetivo do jornalista e a atividade fabuladora do romancista. Tarefa nada fácil – devo confessar –, já que, até então, eu era uma profissional da imprensa convicta de que o relato “imparcial” de um fato tornava possível a apreensão de sua inteireza. Sem saber, eu me esforçava para exercitar o que Theodor Adorno, numa de suas formulações primorosas, em *Caracterização de Walter Benjamin*, afirmou sobre o que era o trabalho de Benjamin: fazer uma “ensaística” que consistia “na abordagem de textos profanos como se fossem sagrados”. Nessa obra, Adorno define o método “do amigo (e, de certo modo, mentor intelectual)” como “uma desmedida entrega ao objeto”: “o pensamento adere e se aferra na coisa, como se quisesse transformar-se num tatear, num cheirar, num saborear”<sup>52</sup>.

Segundo explica professor de teoria literária e literatura comparada Márcio Seligmann-Silva<sup>53</sup>, Adorno “e muitos de seus companheiros de caminhada intelectual”, entre eles, Walter Benjamin, descartavam o “modelo de saber enciclopédico”, ou seja, o projeto da *Encyclopédie*, no século XVIII –, que, segundo explica, constituiu-se na “utopia” de arquivar “todo o conhecimento da humanidade em grossos e pesados volumes, organizados em ordem temática ou alfabética”.

(...) O ensaio não deixa que lhe prescrevam o âmbito de sua competência. Ao invés de executar algo científico ou produzir algo artístico, o seu esforço ainda espelha a disponibilidade infantil, que, sem escrúpulos, se entusiasma com aquilo que outros já fizeram. (...) termina onde ele mesmo acha que acabou e não onde nada mais resta a dizer: assim ele se insere entre os despropósitos. Seus conceitos não se constroem a partir de algo primeiro nem se fecham em algo último. (...) E, para o instinto do purismo científico, toda excitação de linguagem durante a exposição ameaça uma objetividade que vem à tona tão logo se elimine o sujeito (...) Em relação ao procedimento científico e à sua fundamentação filosófica como método, o ensaio, de acordo com sua própria idéia, tira todas as conseqüências da crítica ao sistema. (...) A dúvida quanto ao direito incondicional de ambos [do empirismo e do racionalismo] foi levada a cabo na ordem do pensamento quase só pelo ensaio. (...) O ensaio não compartilha a regra do jogo da ciência e da teoria organizadas. (...) não almeja uma construção fechada, dedutiva ou indutiva.

<sup>52</sup>ADORNO apud Seligmann-Silva. *Adorno*, São Paulo: PubliFolha, 2003.

<sup>53</sup>Doutor pela Universidade Livre de Berlim e autor de *Ler o livro do mundo – Walter Benjamin: Romantismo e crítica literária*.

Ele se revolta, em primeiro lugar, contra a doutrina, (...) segundo a qual o mutável, o efêmero, não seria digno da filosofia; revolta-se contra essa antiga injustiça cometida contra o transitório, pela qual ele é mais uma vez condenado, no plano do conceito (Adorno, 1986, p.168, 169, 173 e 174).

Adorno aderiu ao “princípio imagético” de Benjamin que construía imagens para captar, reter e criticar instantâneos da realidade, que ele surpreendia em momentos estratégicos.

Tanto a entrega ao objeto quanto esse procedimento imagético (o trabalho de construção do saber por meio da elaboração de constelações e da exploração de campos de força) marcam também a obra adorniana. Para ele, interessava não dissolver as tensões existentes entre as diversas camadas de sentido da realidade, mas antes colocá-las em perspectiva, para explicitar e explorar essas mesmas tensões. Afinal, como ele nota também com relação a Benjamin, a interpretação não pode visar a um fim pontual, pois, assim como para o Nietzsche tardio, “a verdade não é idêntica ao universal atemporal”, e “tão-somente o histórico ministra a configuração do absoluto”. A verdade tem um núcleo temporal. A construção e a leitura das constelações e dos campos de força devem tensionar as diversas estrelas (a saber, os conceitos e suas configurações), a partir da força de gravidade que emana do presente. Adorno, ao contrário de Platão (para quem o mundo das Idéias é imutável), entroniza o efêmero e o transitório. Contra Descartes e as regras expostas nos *Discours de la Méthode*, o ideal não é para ele o saber “claro e distinto”, mas sim a fidelidade à dúvida e à resistência dos objetos ao saber. Contra os grandes sistemas da filosofia e o desejo de construir dedutivamente um todo sem lacunas, ele prega um anti-sistema, calcado no trabalho de imagens com suas rupturas e descontinuidades: como num mosaico, a totalidade deve brilhar, num lampejo, apenas com base na visão dos fragmentos. Essa é a única fidelidade possível ao “todo”. (Seligmann-Silva, 2003).

Ao fazer de *O beijo da morte* um misto de ficção e reportagem, apoiado em documentos oficiais que, ao invés de nos trazerem certezas, nos instigaram a questionar o saber estabelecido como história, eu e o Cony não pretendemos outra coisa senão colocar em perspectiva “as diversas camadas de sentido da realidade para explicitar e explorar” as tensões existentes entre elas. Nunca tivemos a intenção de repetir o que já existia como conhecimento formal, por acreditarmos (primeiro o Cony e, depois, eu, num processo de assimilação de herança e também de aprendizagem que, hoje sei, resultou nesta dissertação) que a suposta neutralidade científica e a objetividade jornalística acabam por se transformar em apatia política. E, quando aqui me refiro à política, deve ficar claro que não estou falando de adesão a ideologias partidárias – o que estaria completamente em desacordo com a trajetória do próprio Cony. Estou falando em adquirir

“sabedoria” por meio da experiência, como um gesto político em que vida e atividade intelectual se confundem. Foi para tatear, cheirar, saborear, que fui para São Borja visitar o túmulo de Jango; que passei pelo portão da casa amarela, na esquina da avenida Presidente Vargas, onde vi uma pequena placa de metal, presa ao muro, indicando que ali havia nascido João Belchior Marques Goulart; que, como me aconselhara o coveiro, fui procurar “seu” Percy – cujo rosto deformado do lado esquerdo, por conta de um tiro que levou para defender o “doutor”, era exibido como troféu e prova de que fora mais do que um empregado de Jango, fora um amigo “fiel até o fim”; que passei toda uma manhã sentada na praça em frente ao edifício onde Goulart morou em Montevideu; que cruzei os 2,4 quilômetros da ponte Augustin Justo, a ponte de Uruguaiana, sobre o rio Uruguai, que liga a cidade brasileira a Paso de Los Libres, na Argentina – o último percurso de João Goulart, antes de ser enterrado em sua cidade natal.

Se, neste trabalho, falou-se todo o tempo em transmissão de herança intelectual, de Marx para Derrida; de Jango para Glauber Rocha, passando por Darcy Ribeiro, e do próprio Glauber para seu filho Eryk; de Benjamin para Adorno; e, por que não, de Cony para mim; não se pode deixar de voltar às origens do ensaio (assunto deste capítulo e forma escolhida para escrever esta dissertação) como gênero discursivo e falar do pensador francês Michel de Montaigne (1533 – 1595). Na sua linhagem, estabeleceu-se, inclusive, Shakespeare, que “aproveitou, quase integralmente, o texto do ensaio sobre os canibais numa passagem da *Tempestade*” (Montaigne, 2004, p.20).

Montaigne fundou essa categoria literária em que a escrita do autor é deixada à vontade, numa mistura de instinto e razão, experiência e pesquisa intelectual, abrindo a possibilidade de circular pelos temas mais diversos, sem compromissos com a lógica científica, mas com a liberdade. Montaigne registrava as observações e reflexões dos clássicos, ao lado das experiências que extraía de sua vida. Nada lhe passava despercebido: o amor, a religião, a política, a educação. Como ele mesmo disse, "il n'y a point de fin en nos inquisitions", não havia limite para suas inquietações – aventuras nas quais convidava o leitor para ser cúmplice das suas emoções. Na abertura do livro I de *Essais* (1580), ele escreveu:

*Do autor ao Leitor*

*Eis aqui, leitor, um livro de boa-fé.*

*Adverte-o ele de início que só o escrevi para mim mesmo, e alguns íntimos, sem me preocupar com o interesse que poderia ter para ti, nem pensar na posteridade. Tão ambiciosos objetivos estão acima de minhas forças. Votei-o em particular a meus parentes e amigos e isso a fim de que, quando eu não for mais deste mundo (o que em breve acontecerá), possam nele encontrar alguns traços de meu caráter e de minhas idéias e assim conservem mais inteiro e vivo o conhecimento que de mim tiveram. Se tivesse almejado os favores do mundo, ter-me-ia enfeitado e me apresentaria sob uma forma mais cuidada, de modo a produzir melhor efeito. Prefiro, porém, que me vejam na minha simplicidade natural, sem artifício de nenhuma espécie, porquanto é a mim mesmo que pinto. Vivos se exibirão meus defeitos e todos me verão na minha ingenuidade física e moral, pelo menos enquanto o permitir a conveniência. Se tivesse nascido entre essa gente de quem se diz viver ainda na doce liberdade das primitivas leis da natureza, asseguro-te que de bom agrado me pintaria por inteiro e nu. Assim, leitor, sou eu mesmo a matéria deste livro, o qual será talvez razão suficiente para que não empregues teus lazares em assunto tão fútil e de tão mínima importância.*

*E agora, que Deus o proteja. De Montaigne, em 1º de março de 1580 (2004, p.31).*

Porém, há no texto “Vida e obra”<sup>54</sup>, que precede a tradução de *Essais*<sup>55</sup>, o comentário de que “Montaigne foi um conservador, mas nada teve de rígido ou estreito, muito menos de dogmático”.

Por temperamento e razão foi bem o contrário de um revolucionário; certamente faltaram-lhe a fé e a energia de um homem de ação, o idealismo ardente e a vontade. Seu conservadorismo pode ser visto, sob certos aspectos, como o que no século XIX viria a ser chamado de liberalismo. Em sua concepção política o indivíduo é deixado livre dentro do quadro das leis e se procura tornar tão leve quanto possível a autoridade do Estado. Para ele, o melhor governo seria o que menos se faz sentir e assegura a ordem pública sem pôr em perigo a vida privada e sem pretender orientar os espíritos. (...) Montaigne não escolheu as instituições sob as quais viveu, mas resolveu respeitá-las, a elas obedecendo fielmente, como achava correto num bom cidadão e súdito leal. Que não lhe pedissem mais do que o exigido pela razão e pela consciência.

(...) Com ela destruiu verdades dogmáticas e mostrou que todas se contradizem, mas deixou aberta a possibilidade de se concluir que a própria contradição possa ser verdadeira. Em certa medida foi o que viria acontecer com Descartes: a suspensão pirrônica do juízo, encontrada no autor dos ensaios, transformou-se na dúvida metódica cartesiana e a análise do Eu possibilitou a Descartes concluir “penso, logo existo”(p. 19 e 20).

<sup>54</sup>Com consultoria da filósofa Marilena de Souza Chauí.

<sup>55</sup>Edição da Nova Cultural, tradução Sérgio Milliet.

Contraditoriamente, tais características de Montaigne e de sua obra poderiam levar a uma leitura que o afastasse de toda a linhagem a que, neste trabalho, se pretende colocá-lo como precursor. Afinal, não seria possível pensar em Glauber, por exemplo, como herdeiro de alguém que “foi bem contrário de um revolucionário”.

Por outro lado e a favor da herança que aqui se reclama, é possível citar o pensador italiano Giorgio Agamben, que, em *Infância e história – Destruição da experiência e origem da história*, afirma que “todo discurso sobre a experiência deve partir atualmente da constatação de que ela não é mais algo que ainda nos seja dado fazer” e cita os *Essais* de Montaigne como “a última obra da cultura européia a ser ainda inteiramente fundada sobre a experiência” (2005, p. 26).

(...) a experiência é incompatível com a certeza, e uma experiência que se torna calculável e certa perde imediatamente a sua autoridade. Não se pode formular uma máxima nem contar uma estória lá onde vigora uma lei científica. A experiência de que se ocupa Montaigne é tão pouco voltada à ciência que ele define sua matéria como “subjet informe, qui ne peut rentrer en production ouvragère” e sobre a qual não é possível fundar nenhum juízo constante (“il n’y a aucune constante existence, ny de notre estre, ny celui dès obects... Ainsin il ne se peut establir rien de certain de l’um à autre...”) (p.26).

É a partir desse “subjet informe” que se pode chegar aos discursos de Glauber, de Darcy Ribeiro (este que se afastou do lugar de antropólogo, quando se propôs a falar de Jango), de Cony (que optou pelo caminho contrário ao da objetividade jornalística para relatar o Golpe de 64) e mesmo meu e de Cony (quando partimos da dúvida sobre a versão oficial das mortes de Juscelino, Jango e Lacerda, mesmo que ou justamente porque a resposta definitiva seja improvável).

Quando escolhi a dúvida de Cony como herança, dei o primeiro passo num caminho que veio desembocar neste estudo de diferentes regimes de discursos sobre a trajetória de João Goulart, personagem no teatro da história política brasileira. Se, no caso de *O beijo da morte*, me coloquei na fronteira entre o jornalismo e a ficção, agora, me coloco na fronteira entre o discurso sistematizado da academia e a prosa ensaística, que incorpora minha experiência de repórter e minha imaginação de ficcionista, para olhar para trás e me arriscar nesta reflexão sobre meu trabalho.

Mesmo ciente da condição do passado como uma dimensão impossível de ser concretizada como uma presença (o espectro é o efeito da presença na ausência), em *O beijo da morte*, houve a pretensão de despertar interesse pela história recente do país, nas suas outras possibilidades de desfecho que não ganharam espaço nos documentos oficiais e nos relatos da imprensa. Não há dúvida de que Ditadura Militar ainda é hoje um espectro que ronda o imaginário brasileiro, assombrando tanto os que vivenciaram o período como os que nasceram depois de 1964. Pensando sob a perspectiva do *Mal de arquivo*, de Derrida, segundo a qual a memória e arquivo estão situados no presente, que é um tempo de transição entre o passado e o futuro, a problemática que se apresenta no caso da política brasileira é que, quando se olha para trás, vislumbram-se sombras ainda indefiníveis.

*O beijo da morte* foi justamente minha tentativa e do Cony de ir ocupando, experimentalmente, essa lacuna que há na história do Brasil com uma trama contada por meio de reportagem e ficção – com uma “abordagem de textos profanos como se fossem sagrados”, para usar as palavras de Adorno. Uma prática que, no meu caso, me serve, hoje, para problematizar o presente, como forma de projetar o futuro. Antes, foi necessário um rito de passagem. Uma transformação que me fez apostar na potencialidade do discurso fabulista e descrever da separação entre experiência e conhecimento. Mesmo consciente, com Agamben, de que “o homem contemporâneo foi expropriado de sua experiência: aliás, a incapacidade de fazer e transmitir experiências talvez seja um dos poucos dados certos de que se disponha sobre si mesmo” (2005, p.21), busquei recuperar – integrando-me numa corrente de narradores valorizados pela perspectiva benjaminiana – a fidelidade de Montaigne à experiência como modo de saber distinto da ciência, mas tão prestigioso quanto. Lembrando-me de que o mesmo Agamben apresenta a morte como a vivência do limite que separa essas duas esferas (experiência e ciência):

Por isso Montaigne pode formular o fim último da experiência como uma aproximação à morte, ou seja, como um conduzir o homem à maturidade por meio de uma antecipação da morte enquanto limite extremo da experiência. Mas este limite permanece, para Montaigne, um inexperienciável, do qual é possível aproximar-se (“si nous ne povons le joindre, nous le pouvons approcher”); e, no momento mesmo em que recomenda “acostumar-se” e “subtrair a estranheza” à morte (“ostons luy l’estrangeté, pratiquons le, n’ayon rien si souvent em teste que la mort”), ele ironiza, porém, aqueles filósofos “si excellens mesnagers du temps,

qu'ils on essayé en la mort mesme de la gouster et savourer, et ont bandé leur esprit pour voir que C'estoir ce passage; mais ils ne sont pas revenus nous em dire le nouvelles" (p. 27 e 28).

Deste limite “inexperienciável”, eu me aproximei ao experimentar o enterro de Glauber, por meio do discurso fúnebre de Darcy; ao presenciar o enterro de Jango nas *Confissões* também de Darcy; ao, na figura do Repórter de *O beijo da morte*, cruzar a ponte de Uruguaiana e, depois, adentrar o cemitério de São Borja e me colocar diante das sepulturas de Goulart e Vargas. Na minha “desmedida entrega ao objeto”, fiz um rito de passagem. Agora, já é tempo de interromper as umas histórias outras que propus contar sobre Jango. Mas sem colocar ponto final, para continuar fiel à indicação de Montaigne de que o ensaio não deve esgotar o assunto. Que muitas outras histórias sejam encenadas a partir daqui. Não vou fechar as cortinas. O espetáculo continua.